

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª EMISSÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS**

Pelo presente instrumento particular,

- (a) **Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas**, companhia com registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Professor José Vieira de Mendonça, nº 3.011, bairro Engenho Nogueira, CEP 31310-260, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("**CNPJ/MF**") sob o nº 60.894.730/0001-05, com NIRE sob o nº 313.000.1360-0 na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("**Emissora**"); e
- (b) **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 04, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de agente fiduciário da presente emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 6ª emissão de debêntures da Emissora ("**Agente Fiduciário**", sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados em conjunto como "**Partes**" e individual e indistintamente como "**Parte**").

Resolvem, em regular forma de direito, celebrar e firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão Pública, Com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas ("**Escritura de Emissão**", "**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM nº 476 (conforme abaixo definida), em observância às seguintes cláusulas e condições:

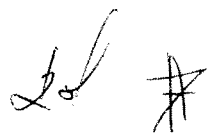
Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

**CLÁUSULA I**  
**DA AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com as deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração da Emissora realizadas em 28 de novembro de 2012 ("**RCA**") e 21 de janeiro de 2013 ("**2ª RCA**" e, em conjunto com a RCA, as "**RCAs**"), sendo que a ata de RCA foi registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("**JUCEMG**") sob o nº 4973698 em 13 de dezembro de 2012, e a 2ª RCA será protocolada na JUCEMG em conjunto com a presente Escritura de Emissão, sendo ainda ambas publicadas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais "Valor Econômico", edição nacional, e "Estado de Minas", edição local, nos termos do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**").

**CLÁUSULA II**  
**DOS REQUISITOS**

**2.1. Da dispensa de Protocolo, Registro ou Arquivamento na Comissão de Valores Mobiliários e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.**



2.1.1. A presente Emissão será objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação e está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM n.º 476" e "Oferta Restrita", respectivamente).

2.1.2. A presente Emissão é automaticamente dispensada de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 25 do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", por se tratar de Oferta Restrita, datado de 1º de junho de 2011.

## **2.2. Arquivamento e Publicação dos Atos Societários**

2.2.1. A ata de RCA da Emissora realizada em 28 de novembro de 2012, que deliberou sobre a Emissão, será protocolada na JUCEMG em conjunto com a presente Escritura de Emissão e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais "Valor Econômico", edição nacional e "Estado de Minas", edição local, conforme disposto na Cláusula Primeira acima.

2.2.2. A ata da 2ª RCA da Emissora realizada em 21 de janeiro de 2013, que retificou e ratificou os termos deliberados na RCA da Emissão, foi arquivada na JUCEMG sob o nº 4973698 em 13 de dezembro de 2012 e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais "Valor Econômico", edição nacional e "Estado de Minas", edição local, conforme disposto na Cláusula Primeira acima.

2.2.3. Os atos societários que eventualmente venham a ser praticados, no âmbito da presente Emissão, após o registro da Escritura, serão igualmente arquivados na JUCEMG e publicados no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais "Valor Econômico", edição nacional e "Estado de Minas", edição local, conforme legislação em vigor.

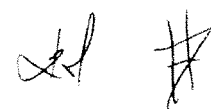
## **2.3. Registro da Escritura de Emissão**

2.3.1. A presente Escritura de Emissão, eventuais aditamentos e atas de Assembleias Gerais de Debenturistas ("AGD") serão registrados na JUCEMG, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, sendo encaminhada ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) dias úteis contados do registro, 1 (uma) via original devidamente registrada.

## **2.4. Registro para Distribuição e Negociação**

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA") e do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos da Instrução CVM n.º 476 e no artigo 109 da Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409") ("Investidor Qualificado"), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por cada Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM n.º 476, e caso a Emissora esteja em dia com o cumprimento das obrigações previstas no artigo 17 da citada Instrução.



**CLÁUSULA III**  
**DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

**3.1. Objeto Social da Emissora**

A Companhia tem por objeto a exploração da indústria siderúrgica e o comércio de seus produtos e sub-produtos, podendo ainda explorar a atividade portuária para si ou para terceiros, importar e exportar e praticar outras atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços de qualquer natureza, correlatas ou não.

**3.2. Séries**

A Emissão será realizada em série única.

**3.3. Valor Total da Emissão**

O valor total da Emissão será de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

**3.4. Quantidade de Debêntures**

Serão emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures.

**3.5. Destinação de Recursos**

Os recursos captados serão utilizados para reperfilamento de dívidas vincendas em 2013 e reforço de caixa da Companhia.

**3.6. Número da Emissão**

A presente Escritura de Emissão representa a 6ª Emissão de Debêntures da Emissora.

**3.7. Banco Liquidante de Emissão, Escriturador Mandatário**

O banco liquidante da Emissão e o escriturador mandatário das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara – Prédio Amarelo, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante de Emissão", e "Escriturador Mandatário").

**CLÁUSULA IV**  
**DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

**4.1. Colocação e Plano de Distribuição**

4.1.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, com a intermediação do BB-Banco de Investimento S.A. ("Coordenador Líder" ou "BB-BI"), e do Banco Bradesco BBI S.A., ("Bradesco BBI" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia, em Série Única, da Sexta Emissão da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas", a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição").

4.1.2. Sem prejuízo do disposto no item 4.1.1. acima, no âmbito da Oferta Restrita, o plano de distribuição da Emissão seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM n.º 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pelos Coordenadores; e (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM n.º 476.

4.1.3. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula Quarta.

4.1.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM n.º 476 e nesta Escritura de Emissão.

4.1.5. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

#### **4.2. Data de Emissão das Debêntures**

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 30 de janeiro de 2013 ("Data de Emissão").

#### **4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures**

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), devendo ser observado o disposto no inciso II, artigo 4º da Instrução CVM nº 476. O Valor Nominal Unitário não será atualizado.

#### **4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures**

As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido pela CETIP extrato em nome dos titulares das Debêntures, que servirá de comprovante de titularidade.

#### **4.5. Espécie**

As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações.

#### **4.6. Preço de Subscrição e Forma de Integralização**

4.6.1. Todas as Debêntures serão subscritas e integralizadas em uma única data. A integralização será à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação da CETIP, ao preço de subscrição das Debêntures, que será seu Valor Nominal Unitário, utilizando-se duas casas decimais, sem arredondamento ("Preço de Subscrição").

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição, por meio dos procedimentos do MDA, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP.

#### 4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

As Debêntures terão prazo de vigência de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 30 de janeiro de 2019 ("Data de Vencimento").

#### 4.8. Amortização Programada

O Valor Nominal Unitário será amortizado em 2 (duas) parcelas a serem pagas conforme tabela abaixo ("Data de Pagamento do Principal"):

Datas de Pagamento	Percentual do Valor Nominal Unitário a ser amortização
30 de janeiro de 2017	50,00%
30 de janeiro de 2019	50,00%

#### 4.9. Remuneração

4.9.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, denominada "Taxa DI Over Extra Grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) "Taxa DI", acrescida exponencialmente de *spread* de 1,00% (um por cento) ao ano, base 252 dias úteis ("Sobretaxa" e em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Integralização ou última Data de Pagamento de Remuneração, conforme aplicável, até a próxima Data de Pagamento de Remuneração, Data de Vencimento ou Data de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definida), conforme o caso, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

- J valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização (conforme definido em 4.9.1.1), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNe valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- Fator Juros Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

FatorDI produtório das Taxas DI, com uso de percentual aplicado a partir da data de início de capitalização, inclusive, até a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido em 4.9.1.2 abaixo), exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

n número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

k 1, 2,..., n;

$\text{TDI}_k$  Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$\text{DI}_k$  Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread 1,0000 (spread ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais);

DP É o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

O fator resultante da expressão  $(1 + \text{TDI}_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + \text{TDI}_k)$  sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.



Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Não haverá atualização monetária das Debêntures.

4.9.1.1. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente (conforme definida em 4.9.1.2), exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.1.2. Os valores relativos a Remuneração serão pagos semestralmente, sempre nos dias 30 de julho e 30 de janeiro de cada ano, sendo o primeiro pagamento da Remuneração devido em 30 de julho de 2013 e o último pagamento da Remuneração devido na Data de Vencimento ("Data de Pagamento da Remuneração").

4.9.1.3. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures no dia útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.9.2. Caso a Taxa DI não esteja disponível, quando da apuração da Remuneração, será aplicada na apuração de "TDI<sub>k</sub>" a última Taxa DI aplicável que estiver disponível na data de apuração da Remuneração, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos titulares de Debêntures, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

4.9.2.1. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal, regulamentar ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia útil em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal, regulamentar ou judicial, convocar AGDs (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para deliberar em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13/03 e/ou regulamentação vigente aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração da Remuneração, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures, quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.9.2.2. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da AGD de que trata o item 4.9.2.1. acima, referida AGD não será realizada e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item 4.9.2.2., a última Taxa DI

divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.9.2.3. Caso, na AGD de que trata o item 4.9.2.1. acima, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração, a mesma AGD deverá deliberar, por titulares de Debêntures representando no mínimo 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em circulação, sobre proposta a ser elaborada pela Emissora sobre novo cronograma e taxa de remuneração.

4.9.2.4 Caso nem a alteração da taxa de remuneração prevista no item 4.9.2.1 acima, nem a proposta de cronograma e taxa de remuneração prevista no item 4.9.2.3 sejam aprovadas pela AGD referida em tais itens, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão. Neste caso a Taxa DI a ser utilizada para o cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível.

#### **4.10. Repactuação Programada**

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

#### **4.11. Vencimento Antecipado**

4.11.1. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, devida desde a Data de Emissão, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos previstos nesta Escritura de Emissão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ciência da ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- (a) (i) pedido de recuperação judicial formulado pela Emissora e/ou por quaisquer das Controladas Relevantes da Emissora, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; (ii) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou por empresas controladas pela Emissora; (iii) decretação de falência da Emissora e/ou de empresas controladas pela Emissora; (iv) proposta de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido deferida ou obtida homologação judicial do referido plano pela Emissora e/ou por empresas controladas da Emissora; (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora; ou ainda (vi) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou de empresas controladas da Emissora e não devidamente elidido no prazo legal;
- (b) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, cujo valor individual ou agregado devido e não pago ultrapasse R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas (o qual deverá ser atualizado pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado, calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV")) entre a Data de Emissão e a data de sua apuração), salvo se, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data do protesto, a Emissora tenha comprovado que tal protesto (i) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) foi cancelado; ou (iii) teve sua exigibilidade suspensa por decisão judicial;



- (c) declaração de vencimento antecipado ou inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou de quaisquer das Controladas Relevantes da Emissora, seja na qualidade de principal pagadora, mutuária ou garantidora e considerado eventual período de cura, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (o qual deverá ser atualizado pela variação do IGP-M/FGV entre a Data de Emissão e a data de sua apuração) ou equivalente em outras moedas;
- (d) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária perante os Debenturistas da Emissão, prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 1 (um) dia útil contado do recebimento de notificação do Agente Fiduciário neste sentido;
- (e) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não-pecuniária relacionada à Emissão assumida nesta Escritura de Emissão, salvo se, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da data do recebimento pela Emissora de notificação a ser obrigatoriamente enviada pelo Agente Fiduciário, ou do envio pela Emissora ao Agente Fiduciário de comunicação a esse respeito, tal descumprimento for sanado;
- (f) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora e/ou empresas do Controladas Relevantes (abaixo definido), cujo valor total, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (o qual deverá ser atualizado pela variação do IGP-M/FGV entre a Data de Emissão e a data de sua apuração) ou o seu contra valor em outras moedas, no prazo legal para seu cumprimento;
- (g) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, outorgas e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer das sociedades controladas pela Emissora (i) cuja totalidade dos ativos represente no mínimo 5% dos ativos totais da Emissora, em base consolidada; (ii) cujo EBITDA represente no mínimo 5% (cinco por cento) do EBITDA da Emissora, em base consolidada; e/ou (iii) cujo passivo total represente no mínimo 5% (cinco por cento) do passivo total da Emissora em base consolidada ("Controladas Relevantes"), exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- (h) redução de capital da Emissora e/ou recompra pela Emissora de suas próprias ações para cancelamento, exceto se tal redução de capital e/ou recompra de suas próprias ações para cancelamento forem previamente autorizadas pelos Debenturistas, representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em circulação, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (i) caso a Emissora esteja em mora com as obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, e delibere ou distribua dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no

Estatuto Social da Emissora, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

- (j) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) transferência, pela Emissora, ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em circulação;
- (l) a atividade principal da Emissora deixe de ser a que consta em seu Estatuto Social na Data de Emissão, conforme disposto na Cláusula 3.1 acima, resultando em um direito de retirada nos termos do artigo 137 da Lei das Sociedades por Ações;
- (m) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevantes, quaisquer das declarações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão;
- (n) não manutenção, pela Emissora, do seguinte índice financeiro apurado e revisado, conforme o caso, semestralmente pelos auditores independentes contratados pela Emissora, e a não entrega de declaração do Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores, atestando o cumprimento das disposições constantes nesta Escritura de Emissão, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora, e aos auditores independentes desta, todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários. As apurações serão feitas com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora relativas aos períodos encerrados em 31 de dezembro e 30 de junho, conforme a seguir:
  - (i) índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não superior a 3,50, a partir de 31 de dezembro de 2013;

Para os fins do disposto acima:

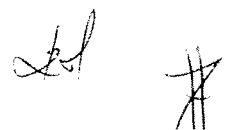
*"Dívida Líquida" significa o valor calculado em bases consolidadas na Emissora, e determinado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, igual (a) à soma dos passivos junto a instituições financeiras (empréstimos e financiamentos de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil), das operações de leasing operacional e financeiro, dos títulos e valores mobiliários representativos de dívida emitidos, e do saldo líquido de operações de derivativos apurados pela marcação à mercado (passivos menos ativos de operações com derivativos); diminuído (b) das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações de liquidez imediata ou aplicações de curto prazo, títulos e valores mobiliários de própria emissão ou de terceiros, e títulos públicos e privados de qualquer natureza; e*

*"EBITDA" significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, em bases consolidadas, relativo aos 12 (doze) últimos meses anteriores à apuração do índice e determinado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, antes: (a) das despesas (receitas) financeiras líquidas, (b) do imposto de renda e da contribuição social, (c) das despesas de*

*depreciação e amortização e (d) de outras despesas (receitas) líquidas não operacionais.*

- (o) descumprimento pela Emissora da destinação dos recursos obtidos na Emissão, nos termos da Cláusula 3.5 da presente Escritura de Emissão;
- (p) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental que resulte na perda, pela Emissora e/ou por empresas controladas pela Emissora, de propriedade ou posse direta de seus ativos, ou na incapacidade de gestão de seus negócios, desde que tal desapropriação, confisco ou medida, afete substancialmente a capacidade de pagamento, pela Emissora, de suas obrigações relativas à Emissão;
- (q) ocorrência de fusão, cisão ou incorporação envolvendo a Emissora, salvo se (i) tal operação societária for, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, aprovada pelos Debenturistas detentores de 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em circulação; ou (ii) a operação de fusão, cisão ou incorporação (a) não afetar a capacidade de pagamento da Emissora e (b) a entidade sobrevivente for a própria Emissora;
- (r) se houver transferência do controle acionário direto da Emissora, tal como definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive por meio de reorganização societária, que resulte em a Emissora passar a ser controlada por pessoa ou entidade não pertencente ao atual grupo de controle na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, salvo se, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência pela Emissora, ou efetiva aprovação de alteração de controle, o que ocorrer antes, a Emissora convoque uma AGD para aprovação da referida alteração pelos Debenturistas, dentro dos quoruns aplicáveis na Cláusula 4.11.4;
- (s) se a Standard & Poor's rebaixar o *rating* da Emissão, em duas notas com base no *rating* a ser divulgado até a Data de Emissão, em virtude (i) de qualquer alteração na composição societária, que venha resultar na perda, transferência ou alienação do controle acionário pelos atuais controladores, ou (ii) de disposição de ativos da Emissora que afete de forma comprovadamente negativa e relevante a sua capacidade de pagamento;
- (t) ocorrência de qualquer procedimento de sequestro, arresto ou penhora de ativos da Emissora e/ou de quaisquer das Controladas Relevantes, que possa impactar em 15% do patrimônio líquido (considerando, para tanto, a consolidação dos números apurados para a Emissora e as Controladas Relevantes, em conjunto), exceto se tal procedimento for suspenso, sobrestado, revertido ou extinto no prazo de até 20 (vinte) dias contados de seu início;
- (u) venda, cessão ou qualquer outro tipo de transferência, pela Emissora e/ou por qualquer das Controladas Relevantes, de bens relevantes do ativo permanente (incluindo imobilizado e investimentos) que venham a afetar de forma relevante as atividades da Emissora, exceto as operações realizadas no curso ordinário dos negócios;
- (v) suspensão da negociação ou do registro da negociação das Debêntures junto à CETIP não sanado no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

4.11.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens "a", "c", "d", "g", e "l" da Cláusula 4.11.1 acima, acarretará o vencimento antecipado automático



das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

4.11.3. Na ocorrência de qualquer dos demais eventos indicados na Cláusula 4.11.1 acima, desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 5 (cinco) dias úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação abaixo previsto. A AGD aqui tratada deverá se realizar no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação do edital relativo à primeira convocação, ou no prazo máximo de 8 (oito) dias a contar da data de publicação do edital relativo à segunda convocação, se aplicável, sendo que, na hipótese de segunda convocação, o respectivo edital deverá ser publicado no primeiro dia útil imediatamente posterior à data indicada para a realização da AGD nos termos da primeira convocação.

4.11.4. Na AGD mencionada na Cláusula 4.11.3 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previstos nesta Escritura de Emissão, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em circulação em primeira convocação, ou maioria simples dos presentes em segunda convocação, para que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.5. Na hipótese (i) de não instalação da AGD mencionada acima por falta de quorum, ou (ii) de não aprovado o exercício da faculdade prevista acima pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

4.11.6. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados (i) do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, ou por aviso de recebimento; ou (ii) da data da realização da AGD, caso a Emissora tenha sido intimada a comparecer à AGD, independentemente de ter comparecido ou assinado a ata da referida AGD.

#### **4.12. Resgate Antecipado Facultativo**

4.12.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente, no todo ou em parte, as Debêntures, a partir do vigésimo quinto mês de vigência das Debêntures, de acordo com os procedimentos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

4.12.2. O Resgate Antecipado Facultativo será realizado mediante o pagamento (a) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo, acrescido da Remuneração correspondente, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, inclusive, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, exclusive; (b) dos eventuais encargos devidos; e (c) de prêmio, incidente sobre os valores mencionados no subitem "a" acima, de acordo com a tabela abaixo:

PERÍODO (A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO)	PRÊMIO
31 de janeiro de 2015 a 30 de janeiro de 2016	1,40%.
31 de janeiro de 2016 a 30 de janeiro de 2017	1,00%.
31 de janeiro de 2017 a 30 de janeiro de 2018	0,50%.
31 de janeiro de 2018 a 29 de janeiro de 2019	0,35%.

4.12.3. Caso as Debêntures estejam registradas na CETIP, o Resgate Antecipado Facultativo será operacionalizado de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

4.12.4. Na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo parcial, adotar-se-á o critério de sorteio para identificação das Debêntures que serão resgatadas, a ser realizado na presença do Agente Fiduciário e com divulgação do resultado a todos os Debenturistas por meio de comunicado, nos termos do artigo 55, §2º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

4.12.5. O Resgate Antecipado Facultativo parcial, caso ocorra, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21, será operacionalizado de acordo com os procedimentos da CETIP.

#### **4.13. Multa e Juros Moratórios**

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos ainda a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial sobre os valores em atraso (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento.

#### **4.14. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

O não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora na data prevista nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento ou data do pagamento constante do comunicado publicado pela Emissora.

#### **4.15. Local de Pagamento**

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente no CETIP21. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados junto ao Escriurador Mandatário.

#### **4.16. Prorrogação dos Prazos**

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, se o respectivo vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### **4.17. Publicidade**

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais "Valor Econômico", edição nacional, e "Estado de Minas", edição local.

#### **4.18. Imunidade Tributária**

Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, referido titular de Debêntures deverá encaminhar ao Banco Liquidante de Emissão, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento do pagamento referente às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seu pagamento os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

### **CLÁUSULA V** **DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) Fornecer ao Agente Fiduciário e disponibilizar em sua página na Internet (ri.usiminas.com):
  - (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (a) cópia das demonstrações financeiras completas da Emissora, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor; (b) declaração do Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores, atestando o cumprimento das disposições constantes desta Escritura de Emissão; e (c) relatório de apuração dos índices e limites financeiros a que se refere o item "n" da Cláusula 4.11.1 desta Escritura de Emissão, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais índices e limites financeiros devidamente apurados e auditados pelos auditores independentes contratados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessário;
  - (ii) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada semestre do exercício social (considerando essa obrigação a partir de 30 de junho de 2014) ou conforme menor prazo que vier a ser estabelecido na regulamentação aplicável às companhias abertas, (a)

cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a 30 de junho de cada ano até a data da liquidação das Debêntures, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (b) relatório de apuração dos índices e limites financeiros a que se refere o item (I) da Cláusula 4.11.1 desta Escritura de Emissão, com sua respectiva memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais índices e limites financeiros devidamente apurados e revisados pelos auditores independentes contratados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessário;

- (iii) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 28/83");
  - (iv) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.17. acima;
  - (v) aviso aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora, que de alguma forma envolvam interesse dos titulares de Debêntures, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, ou normativo que venha a substituí-la, ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou deversem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
  - (vi) desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto na alínea (f) abaixo;
  - (vii) em até 10 (dez) dias úteis da respectiva solicitação, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada;
  - (viii) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, que se comprometeram a enviar ao Agente Fiduciário;
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
  - (c) manter, em adequado funcionamento, um órgão para atender, de forma eficiente, os titulares de Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
  - (d) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que diretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;

- (e) informar ao Agente Fiduciário em até 3 (três) dias úteis sobre a ocorrência de qualquer evento previsto na Cláusula 4.11. desta Escritura de Emissão;
- (f) cumprir todas as determinações emanadas da CVM e que lhe forem aplicáveis, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (g) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (h) notificar em até 3 (três) dias úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras publicadas pela Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora; ou (iii) implique o descumprimento pela Emissora de quaisquer termos e condições desta Escritura de Emissão;
- (i) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, com o contrato de distribuição pública das Debêntures a ser celebrado com os Coordenadores ou com qualquer outro documento relacionado à Oferta Restrita, em especial os que possam diretamente comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (j) manter contratado, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário, a Agência de Rating, e a CETIP;
- (k) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos e, sempre que possível, previamente acordados em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão e desde que haja ocorrido algum inadimplemento da Emissora que motivasse a referida cobrança;
- (l) efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (m) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (n) em até 15 (quinze) dias do encerramento do prazo de 6 (seis) meses contados da Data de Emissão, ou até a utilização integral dos recursos, o que ocorrer primeiro, entregar ao Agente Fiduciário uma declaração sobre a destinação dos recursos captados por meio da Emissão nos termos da Cláusula 3.5, acima;
- (o) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário perante o CETIP21, arcando com os respectivos custos;



- (p) obter anualmente relatório de classificação de risco (*rating*) da Emissão, em escala nacional, pela Standard & Poor's, ou pela Fitch Ratings ou pela Moody's América Latina, enviando o referido relatório ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis. A Emissora compromete-se a fornecer, à agência de *rating* contratada, todas informações necessárias a obtenção da mais precisa classificação de risco (*rating*) possível; e
- (q) a Emissora comparecer, por meio de seus representantes, às AGDs, sempre que solicitada.

5.2. As despesas a que se refere a alínea (l) do item 5.1. acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões;
- (c) despesas com *conference call* e contatos telefônicos;
- (d) despesas de viagem, estadias e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas deverão ser comprovados através dos comprovantes de pagamento a serem apresentados pelo Agente Fiduciário à Emissora; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, desde que razoáveis, na hipótese de ocorrerem omissões e/ou obscuridades relacionadas às informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

5.2.1. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares de Debêntures, que não tenha sido saldado na forma da alínea (k) do item 5.1. acima, será adiantado pelos Debenturistas, e, posteriormente, acrescido à dívida da Emissora, preferindo às Debêntures na ordem de pagamento.

5.2.2. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos titulares de Debêntures e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário no exercício de suas funções ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros enquanto representante dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao respectivo pagamento ou reembolso, conforme o caso, por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário.

5.3. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM n.º 476:

- (a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM n.º 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.

#### **CLÁUSULA VI** **DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

6.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar, perante a Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei que:

- (a) conhece e aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e aqueles previstos nos respectivos atos constitutivos, necessários para tanto;
- (c) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

- (d) não tem qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- (e) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução da CVM n.º 28/83;
- (f) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (g) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, no limite das informações e documentos fornecidos pela Emissora;
- (h) a verificação pelo Agente Fiduciário a respeito da veracidade das declarações prestadas pela Emissora se deu através das informações fornecidas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (i) que o representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (j) esta Escritura de Emissão contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (k) está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes;
- (l) conforme disposto no item 4.11.8, informa que a verificação do cumprimento das obrigações das controladas da Emissora se dará com base na declaração a ser fornecida pela Emissora no referido item, destacando desde já que não será realizada qualquer verificação independente a respeito da observância das obrigações das Afiliadas; e
- (m) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma disponibilizado pela Emissora em seu Formulário de Referência, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada da Emissora ("4ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 01 de fevereiro de 2013, em que foram emitidas 5.000 (cinco mil) debêntures, na data respectiva de emissão, no valor de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 4ª Emissão da Emissora não possuem garantias, conforme previsão na escritura de emissão.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta

Escritura de Emissão, correspondentes a uma remuneração anual de R\$ 3.000,00 (três mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto dia útil) contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes.

6.4.1. As parcelas citadas na cláusula 6.4 supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

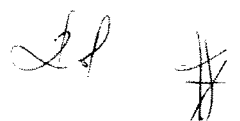
6.4.2. As parcelas citadas nos itens acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.4.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.4.4. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCEMG, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações, especialmente a das apurações financeiras consolidadas da Emissora a serem entregues para efeito do disposto na alínea "n" do subitem 4.11.1, da Cláusula Quarta;



- (g) solicitar, quando julgar necessário, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma prevista no item 4.17 acima;
- (j) comparecer à AGD, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos titulares de Debêntures, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros consolidados da Emissora, o organograma societário da Emissora, que deverá conter inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrantes de bloco de controle no encerramento de cada exercício social, atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, ou quaisquer informações pertinentes que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, devendo ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:
  - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
  - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (v) resgate, amortização, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como repactuação, aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (vi) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
  - (viii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
  - (ix) declaração acerca da suficiência e exeqüibilidade das garantias das Debêntures;
  - (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como Agente Fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
    1. denominação da companhia ofertante;
    2. valor da emissão;
    3. quantidade de debêntures emitidas;
    4. espécie;

5. prazo de vencimento das debêntures;
  6. tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores;
  7. eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (k) acima aos titulares de Debêntures até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
  - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
  - (iii) na CVM;
  - (iv) na CETIP; e
  - (v) na sede dos Coordenadores;
- (m) publicar, às expensas da Emissora, na forma do item 4.17, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Banco Liquidante de Emissão e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante de Emissão, e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive em relação à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os titulares de Debêntures, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM, à CETIP e ao Banco Central do Brasil, se for o caso;
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (r) informar aos Debenturistas, assim que seja comunicado pela Emissora, a existência de qualquer valor disponível para recebimento por parte dos Debenturistas em razão das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora;
- (s) acompanhar com o Banco Liquidante de Emissão, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão;
- (t) acompanhar, semestralmente, o enquadramento dos índices financeiros com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, conforme Cláusula Quarta, subitem 4.11.1, alínea "n";
- (u) divulgar as informações referidas no item (x) da alínea "k" acima em sua página na rede mundial de computadores, tão logo delas tenha conhecimento; e

- (v) disponibilizar diariamente o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.11. acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares de Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b) e (c) acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação por Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (d) acima.

6.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contado do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à remuneração avençada nesta Escritura de Emissão.

6.8.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, solicitando sua substituição.

6.8.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.8.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

6.8.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28/83, conforme o caso, e eventuais normas posteriores.

6.8.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCEMG junto com a presente Escritura de Emissão.

6.8.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.17. acima.

6.8.5.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

## **CLÁUSULA VII** **DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A AGD poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à AGD, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da AGD caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais titulares de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

7.4.1. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.



7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas AGDs, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6.1. Sem prejuízo do disposto no item 7.6. acima, qualquer alteração, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) na data de pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; (iv) no quorum de deliberação das AGDs; (v) no item 4.11. (Vencimento Antecipado) acima, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

7.6.2. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não se limitando, no que diz respeito à definição da taxa substitutiva de que trata o item 4.9.2.1. desta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em circulação, exceto se houver outro *quorum* específico estabelecido para a matéria.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, direta ou indiretamente, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às AGDs para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

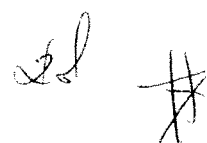
7.10. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em AGDs, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação, conforme definido no item 7.7 acima, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido nas respectivas AGDs.

## **CLÁUSULA VIII** **DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA**

8.1. A Emissora neste ato declara e garante que:

- (a) é uma sociedade anônima de capital aberto devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, assim como a emissão e a distribuição pública das Debêntures não infringem ou contrariam, (i) qualquer contrato relevante do qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irão resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora representam corretamente a posição financeira consolidada da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil;
- (g) exceto por aqueles mencionados nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora ou de outra forma informados por escrito à totalidade dos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário, a Emissora não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora;
- (h) as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão em relação à Emissora e à Oferta Restrita, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes em todos os aspectos relevantes;
- (i) não omitiu fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Investidores Qualificados que venham a adquirir Debêntures;
- (j) que seja do conhecimento da Emissora, não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (k) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta Restrita exclusivamente para os fins descritos no item 3.5. desta Escritura de Emissão;
- (l) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;



- (m) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM n.º 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (n) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé; e
- (o) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

8.1.1. A Emissora se compromete a notificar em até 1 (um) dia útil os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

### **CLÁUSULA IX** **DAS NOTIFICAÇÕES**

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas  
Rua Professor José Vieira de Mendonça, nº 3.011,  
Belo Horizonte – MG  
31310-260 Bairro Engenho Nogueira  
At.: Sr. Eduardo Moreira Pereira  
Tel.: (31) 3499-8814  
Fax: (31) 3499-8158  
Email: [eduardo.pereira@usiminas.com](mailto:eduardo.pereira@usiminas.com) / [matheus.rosa@usiminas.com](mailto:matheus.rosa@usiminas.com) /  
[renata.terra@usiminas.com](mailto:renata.terra@usiminas.com)

**Para o Agente Fiduciário:**

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários  
Avenida das Américas, 4200, Bloco 04, Sala 514  
22640-102 Rio de Janeiro – RJ  
At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro) / Srtª. Nathalia Machado  
(Assuntos Jurídicos e Estruturação)  
Tel.: (21) 3385-4565  
Fax: (21) 3385-4046  
E-mail: [backoffice@pentagonotrustee.com.br](mailto:backoffice@pentagonotrustee.com.br) / [juridico@pentagonotrustee.com.br](mailto:juridico@pentagonotrustee.com.br)

**Para o Banco Liquidante e/ou Escriturador Mandatário:**

Banco Bradesco S.A.  
Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara – Prédio Amarelo, 2º andar  
Osasco – SP  
At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fabio da Cruz Tomo  
Tel.: (11) 3684-7911 / (11) 3684-2852  
Fax: (11) 3684.2704  
E-mail: [4010.jbsouza@bradesco.com.br](mailto:4010.jbsouza@bradesco.com.br) / [4010.custodiarf@bradesco.com.br](mailto:4010.custodiarf@bradesco.com.br) /  
[4010.tomo@bradesco.com.br](mailto:4010.tomo@bradesco.com.br)

**Para a CETIP**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano  
01452-002 São Paulo – SP  
At.: Gerência de Valores Mobiliários  
Tel: (11) 3111-1596  
Fax: (11) 3111-1564  
E-mail: [gr.debentures@cetip.com.br](mailto:gr.debentures@cetip.com.br)

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelos Correios, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

9.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 5 (cinco) dias úteis contados da sua ocorrência.

9.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item 9.3. acima serão arcados pela Parte inadimplente.

**CLÁUSULA X**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

10.5. As palavras e os termos constantes desta Escritura de Emissão, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira ou não, que, eventualmente, durante a vigência da presente Escritura de Emissão, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos por ambas as partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser

compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

10.6. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.7. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações presentes nesta Escritura, bem como nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.8. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

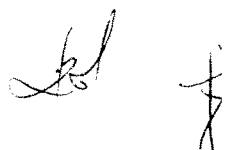
10.9. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

#### **CLÁUSULA XI** **DO FORO**

Fica eleito o foro central da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

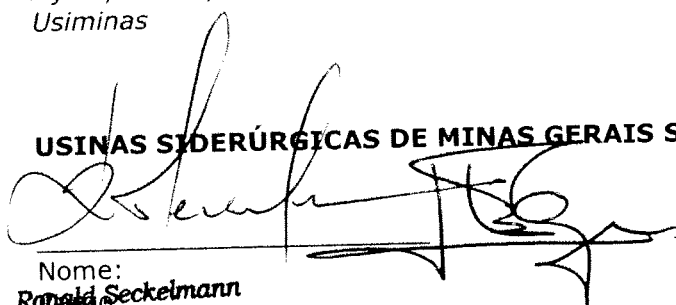
E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, 21 de janeiro de 2013.



*Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão Pública,  
Com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em  
Ações, da Espécie Quirografária, da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. -  
Usiminas*


**USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS**

  
Nome:  
**Ronald Seckelmann**  
Cargo:  
Vice-Presidente  
Finanças e Relações com  
Investidores

Nome:  
Cargo:

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão Pública,  
Com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em  
Ações, da Espécie Quirografária, da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. -  
Usiminas

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

  
Nome: Pedro Silva  
Cargo: **Pedro Silva**  
**Procurador**



*Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão Pública, Com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas*

**Testemunhas:**

Marcelle Nogueira  
Nome: Marcelle Nogueira  
RG: 20991622-6  
CPF: 409 804 047-06

\_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
CPF: